



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
MATEMÁTICA

1 HISTÓRICO DA UFPA

1.1 História da UFPA:

A Universidade Federal do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade Federal do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960).

Em 19 de dezembro de 1960, tomou posse José Rodrigues da Silveira Neto, que ocupou a Reitoria durante oito anos e meio (dez. 1960 a jul. 1969).

A primeira reforma estatutária da Universidade aconteceu em setembro de 1963, quando foi publicado o novo Estatuto no Diário Oficial da União.

Dois meses após a reforma estatutária, a Universidade foi reestruturada pela Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Nesse período, foram implantados novos cursos e novas atividades básicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e, também, o aperfeiçoamento das atividades-fim da Instituição.

Uma nova reestruturação da Universidade foi tentada, em 1960, com um plano apresentado ao Conselho Federal de Educação. Do final de 1960 ao início de 1969, uma série de documentos legais, destacando-se as Leis nº 5.539 e 5.540/60, estabeleceu novos critérios para o funcionamento das Universidades.

De julho de 1969 a junho de 1973, o Reitor foi Aloysio da Costa Chaves, período em que o Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, aprovou o novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará. Um dos elementos essenciais desse plano foi a criação dos Centros, com a extinção das Faculdades existentes, e a definição das funções dos Departamentos.

Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978.

Clóvis Cunha da Gama Malcher tomou posse em julho de 1973 (jul. 1973 a jun. 1977), seguido por Aracy Amazonas Barretto (jul. 1977 a jun. 1981) e Daniel Queima Coelho de Souza (jul. 1981 a jun. 1985). No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data. José Seixas Lourenço ocupou a Reitoria no período de julho de 1985 a junho de 1989, Nilson Pinto de Oliveira, de julho de 1989 a junho de 1993, Marcos Ximenes Ponte, de julho de 1993 a junho de 1997, e Cristovam Wanderley Picanço Diniz, de julho de 1997 a junho de 2001.

Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Ensino Superior (SESU). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão. O atual Reitor é o Prof. Emmanuel Zagury Tourinho, eleito para o quadriênio setembro de 2016 a setembro 2020.

1.1.1 Missão:

Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do Amazônia, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa.

1.1.2 Visão:

Tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como

suporte de excelência para as demandas sócio-políticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.

1.1.3 Princípios Norteadores:

- ? Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.
- ? Autonomia universitária.
- ? Gestão democrática.
- ? Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.
- ? Busca da excelência acadêmica.
- ? Desenvolvimento sustentável.
- ? Compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade.

1.1.4 A importância da UFPA no desenvolvimento social e econômico da Amazônia:

Com base nos elementos supramencionados, a UFPA deve preparar-se para atender uma demanda crescente por programas e projetos de ensino que possam traduzir-se em práticas de atuação continuada e qualificada. Visando o alcance dos objetivos institucionais, foi estabelecido um conjunto de ações e proposições. Dentre elas, destacamos:

- ? democratizar o acesso e a permanência com sucesso, envolvendo desde a discussão sobre as formas de acesso à Universidade até a expansão de vagas associada à melhoria das condições de oferta de cursos, incluída a ampliação das experiências de estágio nos ambientes do mundo do trabalho;
- ? construir um modelo de ensino sintonizado com a produção/socialização do conhecimento com compromisso ético e social, visando à superação do modelo atual de ensino no que, certamente representa um dos desafios mais importantes consignados nesse projeto institucional;
- ? desenvolver e implementar tecnologias inovadoras de ensino, em que os avanços trazidos pela telemática e as suas várias possibilidades em termos educacionais precisam ser largamente incorporados às práticas regulares de ensino.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2.1 Histórico do Curso na Unidade:

O Campus Universitário de Abaetetuba foi implantado em 1987, no município de Abaetetuba, sob a coordenação da professora Conceição Solano, indicada a esse cargo pelo reitor da época, o Prof. José Seixas Lourenço. O Município de Abaetetuba está interligado

geograficamente pelo Rio Tocantins, à microrregião do Baixo Tocantins, na região Nordeste do Estado do Pará e é composto por 72 ilhas bastante povoadas, 36 comunidades que vivem à beira da estrada, além da sede da cidade, possuindo uma área total de 1.610.743 Km², com uma população de aproximadamente 147.846 habitantes, segundo dados do IBGE (2012). Em sua área de abrangência a vegetação é predominantemente de várzea, o que a torna de grande importância ecológica. A população é em sua maioria rural, notadamente ribeirinha e extrativista. Os primeiros cursos de graduação ofertados em Abaetetuba foram as licenciaturas em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia, todos em regime intercalar (atual Período Intensivo). As aulas eram ministradas nas escolas cedidas pela prefeitura municipal local, por meio de parceria com a UFPA, o que se tornou de fundamental importância para a implantação do Campus, pois, além de oferecer espaço físico para o desenvolvimento dos cursos, alojamento para professores, doou também as terras para a construção da Unidade. Através desta parceria, o Campus pode contar, ainda, com a cedência de servidores municipais para apoio administrativo. Após a gestão da professora Conceição Solano, o cargo foi ocupado pelo Professor José Queiroz Carneiro, de 1992 a 1999. Em 1999, assume o Professor Adelino Ferranti, que atuou na coordenação do Campus de 2000 a 2004. Em 2005, toma posse como Coordenadora Pró-Tempore a Professora Alessandra Martins Matos Vasconcelos. Após eleição em 2006, assume a coordenação do campus o Professor Waldir Abreu. Com a renúncia do Professor Waldir Abreu assume, a Professora Francisca Maria Carvalho de 2007 à 2010. Em 2011 assume, a coordenação do Campus o Professor Eliomar Azevedo do Carmo e em 2014 é reeleito e fica até setembro de 2016 e assumi o seu vice Sebastião Siqueira Corteiro. Em 1991, o prédio do Campus de Abaetetuba foi inaugurado no bairro do Mutirão, na Rua Manuel de Abreu. O campus era formado por dois blocos, onde funcionavam a secretaria, a biblioteca, a cantina, o mimeógrafo e a coordenação do Campus. Em 1992, o Campus inicia suas primeiras turmas do curso regular de Letras e Matemática. A partir de 2000, o campus ofertou turmas de Letras e Pedagogia financiadas com recursos do FUNDEF, em parceria com prefeituras da região, criadas para capacitar os professores das redes municipais, as turmas foram ofertadas em Barcarena, Tomé-Açu, Concórdia do Pará, Tailândia e Abaetetuba, somando mais 350 alunos. Em 2005, são ofertados os Cursos de Ciências Contábeis e Física de forma flexibilizada e em parceria com a Diocese de Abaetetuba. No ano de 2007, o campus já ofertava 13 cursos com aproximadamente 1000 alunos matriculados. O Campus também realizou parceria com o INCRA e através do programa PRONERA implantou uma turma do Curso de Pedagogia destinada ao atendimento dos ribeirinhos das ilhas do Município de Abaetetuba, denominada Pedagogia das Águas. A partir do ano de 2009 o Campus de

Abaetetuba passou a integrar o Programa de Capacitação de Professores das Escolas Públicas (PARFOR) que hoje conta com aproximadamente 600 alunos, distribuídos nos cursos de Letras (Língua Portuguesa), Matemática e Pedagogia que funcionam nos Municípios de Barcarena, Abaetetuba, Tomé-Açú, Bujaru, Tailândia, Dom Eliseu, Acará e Concordia do Pará. Em 2010, o Campus ofertou 60 vagas no curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Hoje, o Campus oferece cursos extensivos e intensivos em Letras (língua portuguesa e língua espanhola), Matemática, Pedagogia e Educação do Campo e somente extensivos para os cursos de Engenharia Industrial e licenciatura Física. O quadro de servidores do Campus vem se consolidando com o passar dos anos atualmente o Campus possui 26 técnico-administrativos e 74 docentes efetivos. Os projetos de pesquisa e extensão aprovados no PROINT, CAPES, CNPq e outros, trazem a consolidação de um quadro docente mínimo nos Cursos de Graduação existentes no campus Abaetetuba.

2.2 Justificativa da oferta do curso, em relação aos contextos local e regional, incluindo dados estatísticos, socioeconômicos e ofertas similares por outras IES do Estado: A realidade brasileira mostra que, em determinadas regiões do país a maioria das escolas possui professores qualificados, em outras faltam pessoal para cumprir a demanda do ensino básico, e muitas vezes os professores que ali atuam ainda não possuem curso superior. Esforços em todos os âmbitos de governo e instituições de ensino e pesquisa têm se desenvolvido na intenção de qualificar esses professores, oferecendo-lhes a oportunidade de melhorar sua prática profissional e sua qualidade de vida. Isto trará reflexos positivos em todas as gerações de estudantes vindouras. Tendo em vista essa realidade, a Universidade Federal do Pará, através da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) do Campus de Abaetetuba, propõe este projeto pedagógico para o curso de Licenciatura em Matemática, em atendimento as novas exigências atribuídas pelo MEC (Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015). Neste sentido, o Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de possibilitar à população da microrregião do Baixo Tocantins, a qual envolve 11 municípios, maior possibilidade de acesso ao ensino superior. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, o Território Baixo Tocantins - PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e

Tailândia. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68. A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na área educacional que, em muitas localidades, é precária. A formação de profissionais da educação em nível superior, constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional. O curso de Matemática tem sido ofertado anualmente desde a fundação desse Campus e, hoje, o mesmo faz parte da FACET, tendo já consolidado o seu quadro docentes da matemática: formado por 07 Doutores, 03 doutorandos e 04 Mestres, o que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas ligadas aos estudos da Matemática Pura e Aplicada e na área da Educação Matemática. Diante desse quadro e tendo em vista que o profissional da matemática tem sido demandado mais recentemente, além dos espaços educacionais tradicionais, em outros espaços de trabalho, a oferta do curso, a despeito do considerável número desses profissionais que tem sido formados ao longo dos 30 anos do Campus de Abaetetuba, continua sendo pertinente.

2.3 Relevância do Curso na Produção de Conhecimento, considerando os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade: A Matemática é uma das ciências mais utilizadas pela humanidade e ocupa um lugar de destaque na educação, sobretudo no Ensino Básico, não somente pelo interesse das suas aplicações que servirão para toda a vida do aluno, mas principalmente pelo seu valor educativo. É uma proposta que vai ao encontro dos anseios do ensino básico brasileiro, em especial do Estado do Pará, pois está permanentemente formando jovens egressos do ensino médio, para tornarem-se professores da educação básica das redes Federal, Estadual, Municipal e Particular, além de alunos aptos a realizarem pós-graduação com vistas a tornarem-se professores do ensino superior.

2.4 Descrição da (re)construção do PPC, incluindo a descrição da avaliação diagnóstica que tenha subsidiado a reelaboração: O Projeto Pedagógico deve ser construído coletivamente por todos os envolvidos no processo educativo, espera-se, portanto, que todos possam participar proativamente de forma a contribuir para a sua constante adaptação, uma vez que se trata de uma ação intencional, de um compromisso que precisa ser definido e redefinido coletivamente e ao qual se relacionam duas dimensões: a primeira é política, porque articula o compromisso sócio-político aos interesses da comunidade, enquanto a segunda define as ações formativas, pois reside na possibilidade de se efetivar academicamente a capacitação universitária. Essas dimensões relacionam-se reciprocamente e nesse sentido, considera-se o Projeto Pedagógico como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas

acadêmicos, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade do curso e o exercício da cidadania. Técnicas de aprendizagem, associando teoria à Prática Pedagógica do ensino de Matemática trará reflexos imediatos na postura do licenciado em seu local de trabalho.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 40

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular e Paralela

Carga Horária Total: 3495 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Intensivo ; Extensivo ;

Regime Acadêmico: Atividades Curriculares

Ato de Criação: Decreto Nº 35.456 de 04/05/1954

Ato de Reconhecimento: Portaria Nº 721-MEC

Ato de Renovação: Não há

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

No contexto da Lei nº 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, a formação do futuro professor de Matemática deve voltar-se para o desenvolvimento de competências e habilidades que abranjam todas as dimensões da sua atuação profissional. Isto implica, principalmente, em definir as competências e habilidades necessárias à atuação profissional e tomá-las como norteadoras da organização curricular e mais geralmente da proposta pedagógica do curso de graduação, de modo que os futuros professores de Matemática desenvolvam efetivamente tais competências e habilidades ao longo do curso.

Em linhas gerais, as competências e habilidades necessárias para a formação dos professores, segundo as definições do Conselho Nacional de Educação(CNE) e documentos referenciais para formação de professores elaborados pelo Ministério de Educação, apontam para aquelas referentes ao comprometimento com valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática; competências e habilidades referentes à compreensão do papel social da escola, referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; competências e habilidades referentes ao domínio do conhecimento pedagógico, referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. Em termos de organização curricular estas competências e habilidades se traduzem numa formação comum a todos os professores da educação básica, formação comum a todos os professores de matemática, formação específica dos professores de matemática e formação para atuação em outras áreas e estágio.

Adequar-se a esta nova concepção educacional não é tarefa fácil e não basta apenas adequar a proposta curricular ou usar novas tecnologias, mas deve-se estimular uma profunda mudança na postura e na prática pedagógica dos docentes formadores do futuro professor de matemática. Para atender essa demanda, em termos didáticos e pedagógicos em consonância com os princípios prescritos pela LDB, deve-se executar ações voltadas para:

- ? uma proposta curricular que contenha os conteúdos necessários ao desenvolvimento das competências desejadas a formação do professor de matemática;
- ? uma nova perspectiva metodológica que proporcione situações de aprendizagem centradas

em situações- problema;

? uma prática de ensino mais ampla procurando implementar além do estágio uma prática contextualizada por meio de estudo de casos, situações simuladas e produção dos alunos;

? o uso do computador como recurso didático em conteúdos curriculares;

? o uso do computador como recurso tecnológico de aquisição de informação e atualização através da Internet, softwares educativos e aplicativos computacionais.

A organização curricular do curso de Licenciatura em Matemática que integra este Projeto Pedagógico aponta para a formação de profissionais autônomos e capazes de:

I - demonstrar sólida formação teórica e competência técnica e político-social;

II - desenvolver e utilizar tecnologias inovadoras voltadas para a construção de novos saberes;

III - compreender a sua realidade histórica e intervir de forma criativa para o desenvolvimento do seu meio;

IV - propor e desenvolver trabalho coletivo e cooperativo;

V - agir com respeito à liberdade, à ética e à democracia. Tendo como princípios:

a) Integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino;

b) Articulação permanente de conhecimentos e saberes teóricos, com a aplicação em situações reais ou simuladas;

c) Adoção de múltiplas linguagens que permitam ao aluno a identificação e a compreensão do seu papel profissional e social;

d) Liberdade acadêmica e gestão curricular democrática e flexível, possibilitando a participação do aluno em múltiplas dimensões da vida universitária, pautando-se nos princípios metodológicos que, admitindo a pluralidade de estratégias, assumam a pesquisa e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis no processo ensino-aprendizagem entre professor-aluno- conhecimento.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Para os Cursos de Licenciatura em Matemática, expostas no parecer CNE/CES n°1.302/2001, o objetivo geral deste curso é formar professores de Matemática para a educação básica.

4.2.1 Objetivos Gerais

O Curso de Matemática - Licenciatura da UFPA ? Campus de Abaetetuba, tem por objetivo geral formar professores para atuar na Educação Básica, anos finais do Ensino Fundamental

e Ensino Médio, em consonância com o parecer CNE/CES n.º 1.302/2001 e com sólida formação nas áreas de Matemática e Educação Matemática; capazes de assumir o compromisso de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem matemática.

4.2.2 Objetivos Específicos

- Formar um profissional para atuar na Educação Básica no âmbito generalista e humanista, capaz de considerar o contexto social, cultural, econômico e político, onde a escola está inserida;
- Propiciar uma sólida formação matemática e didático-pedagógica, em conformidade com as tendências atuais da Matemática e da Educação Matemática, possibilitando ao acadêmico: analisar criticamente o seu campo de trabalho, ainda na iniciação à docência em atividades de ensino, extensão e pesquisa científica - e depois no seu lócus profissional, interferindo com propriedade;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, por meio da extensão, com vistas à difusão da cultura e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição, estabelecendo uma relação de reciprocidade com a comunidade.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o ensino de Matemática na Educação Básica dão ênfase à participação e à autonomia do aluno, tendo como eixo orientador o papel da Matemática na construção da cidadania. Para tanto, é necessário que o professor de Matemática que vai atuar nesse nível de ensino, seja, ele próprio, um cidadão crítico frente às situações, tenha consciência de cidadania e seja capaz de exercer a sua autonomia intelectual.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura em Matemática destacam que os egressos desse curso deverão possuir:

- ? Visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- ? Visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- ? Visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino-aprendizagem da disciplina.

Acrescenta-se a este perfil, que os egressos do nosso curso de Licenciatura em Matemática sejam também capazes de:

? Dominar o conhecimento matemático específico e não trivial, tendo consciência da importância desta ciência, assim como, dominar o conhecimento das suas aplicações em diversas áreas e metodologias para ensiná-las, com utilização de laboratórios de ensino e situações teóricas práticas de ações multidisciplinares;

? Perceber o quanto o domínio de certos conteúdos, habilidades e competências próprias à Matemática importam para o exercício pleno da cidadania;

? Possuir familiaridade e reflexão sobre metodologias e materiais de apoio ao ensino, diversificados, de modo a poder decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de alunos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem significativa da Matemática, estando preparado para avaliar os resultados de suas ações por diferentes caminhos e de forma continuada;

? Ser capaz de observar cada aluno, procurando rotas alternativas de ação para levar seus alunos a desenvolver-se plenamente, com base nos resultados de suas avaliações, sendo assim motivador e visando o desenvolvimento da autonomia no seu aluno;

? Dominar a forma lógica, característica do pensamento matemático e, conseguir compreender as potencialidades de raciocínio em cada faixa etária. Em outras palavras, ser capaz de, por um lado, favorecer o desenvolvimento de raciocínio de seus alunos e, por outro lado, não extrapolar as exigências de rigor a ponto de gerar insegurança nos discentes em relação à Matemática;

? Trabalhar de forma integrada com os professores de sua área e de outras áreas, no sentido de contribuir efetivamente com a proposta pedagógica de sua Escola e favorecer uma aprendizagem multidisciplinar aos seus alunos.

4.4 COMPETÊNCIAS

Para que os alunos do Curso de Licenciatura em Matemática alcancem o perfil desejado, é necessário que se possa desenvolver nessas as seguintes habilidades e/ou competências:

a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;

b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;

c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;

d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de

produção de conhecimento;

e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema;

f) estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento;

g) conhecimento de questões contemporâneas;

h) educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social;

i) participar de programas de formação continuada;

j) realizar estudos de pós-graduação;

k) trabalhar na interface da Matemática com outros campos de saber;

Devendo ainda, como educador matemático, referentes às suas competências e habilidades, ter a capacidade de:

a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;

b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;

c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;

d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;

e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;

f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

O Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelece ainda que o perfil do professor de matemática deve:

a) conceber a Matemática como um corpo de conhecimentos rigoroso, formal e dedutivo, produto da atividade humana, historicamente construída;

b) analisar criticamente a contribuição do conhecimento matemático na formação de indivíduos e no exercício da cidadania;

c) dominar os conhecimentos matemáticos e compreender o seu uso em diferentes contextos interdisciplinares;

d) identificar, formular e solucionar problemas;

e) valorizar a criatividade e a diversidade na elaboração de hipóteses, de proposições e na solução de problemas;

f) produzir conhecimento na sua área de atuação e utilizar resultados de pesquisa para o

aprimoramento de sua prática profissional;

g) identificar concepções, valores e atitudes em relação à Matemática e seu ensino, visando à atuação crítica no desempenho profissional.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O docente ao desenvolver sua prática com base nos pressupostos dialógicos de Freire (1996), tendo como mediadores técnicas de ensino-aprendizagem tais participativas superando a lógica de utilizar apenas aulas expositivas e teóricas que limitam o aluno, em sua aprendizagem. Faz-se o diálogo emergir como princípio metodológico, pois, como relação democrática, o diálogo é a possibilidade de que disponho de, abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento (FREIRE, 1996).

Outro princípio metodológico que pretende-se implantar é o apoio à pesquisa, pois, formar, educar, ensinar pela, na e para a pesquisa é essencial na constituição de profissionais habilitados para produzir novos conhecimentos e intervir na realidade (FREIRE, 1996).

A pesquisa nada mais é que uma forma de diálogo como o novo, com o desconhecido e prepara o indivíduo para lidar com uma característica muito peculiar a prática profissional, a singularidade, ou seja, de um modo geral, as situações práticas apresentam-se como caso único, que exigem, com muita frequência a condução ao desenvolvimento de pesquisas profissionais relacionadas a cada caso.

Uma das vantagens da pesquisa, é que o seu desenvolvimento expresso de maneira clara a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do exercício profissional, devendo, portanto, ser vivenciada no processo formativo. A vivência dessa indissociação no decorrer do curso, fornece uma nova visão das atividades de extensão da universidade, não apenas como uma prestação de serviços à comunidade, mas como resultados da boa formação do indivíduo, que possibilitam o exercício antecipado e acompanhado da prática profissional. Será adotado o pluralismo de espaços e estratégias de ensino, com participação dos discentes em eventos culturais, científicos, acadêmicos, desenvolvimento de projetos junto às comunidades, monitoria, a constituição de grupos de pesquisa e estudos temáticos, inclusive assumindo esse último como atividade curricular.

As aulas expositivas, além de serem teóricas ou práticas experimentais, com interdisciplinaridade e a utilização de laboratórios de ensino, deverão ser redimensionadas se

assumidas na perspectiva problematizadora e dialógica, com a apresentação de estudos do meio vivenciado, estudo de casos, visando uma abordagem de fenômenos numa concepção de complexidade, visando à superação de visões indutivas, parciais, como um pensamento inabalável, geralmente reforçadas quando tratamos os conteúdos de forma disciplinar.

Tais procedimentos metodológicos visam uma boa formação discente, contribuindo para a formação de indivíduos responsáveis e conscientes de seu papel dentro da sociedade, ou seja, indivíduos que possam exercer a plena cidadania. Também, objetiva-se um papel na superação dos preconceitos como rejeição à aprendizagem da Matemática, que muitas vezes ainda persistem em existir.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura, nas instituições de ensino superior; e a Resolução CNE/CES Nº 3 de 18 de fevereiro de 2003 das Diretrizes Curricular Nacional do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Matemática, o Curso de Licenciatura em Matemática do Campus Universitário de Abaetetuba institui a carga horária do curso em um total de 3.495 (três mil e quatrocentos e noventa e cinco) horas, sendo subdivididas em dois eixos, sendo estes: Profissionalizante Obrigatório 1.590 h (mil quinhentos e noventa horas), Básico Obrigatório 1.695h (mil seiscentos e noventa e cinco horas). Para oportunizar flexibilidade de atividades o curso oferta as atividades complementares com 210 (duzentos e dez horas).

Devido a necessidade de preparar o graduando para o exercício da docência e atender as normativas e diretrizes emanadas pelas Lei nº 11.645/2008 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; Lei nº 9.795/1999 da Políticas de Educação Ambiental; Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Educação em Direitos Humanos); Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência; Lei 10436/02 | Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; serão desenvolvidas componentes curriculares obrigatórios como: Libras, Fundamentos da Educação Inclusiva e Direitos Humanos, Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação, História da Educação em que se destaca a Educação Ambiental, os Direitos humanos, em Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação do Campo e Populações Tradicionais, além de atividades curriculares optativas em

Educação, Diversidade e Sexualidade. As temáticas referentes a essas normativas, serão também desenvolvidas transversalmente e nas ações de extensão tais como: Ação de Extensão em Matemática I que trata da Educação Inclusiva; Ação de Extensão em Matemática II que envolve o exercício da docência considerando a Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Ação de Extensão em Matemática III que desenvolve reflexões e ações acerca da Educação do Campo e Populações Tradicionais como quilombolas e ribeirinhos.

O Desenho curricular do curso, encontra-se no anexo I deste projeto.

As atividades curriculares por período letivo para os três turnos do curso, estão dispostas no anexo II deste projeto.

A tabela das disciplinas optativas, que fazem parte das atividades complementares do curso com carga horária de 120 (cento e vinte horas), encontra-se no anexo III deste projeto e as 90 (noventa horas) restantes da carga horária das atividades complementares, são vinculadas à UFPA ou a outras instituições de ensino superior e a distribuição desta carga horária está regulamentada em Resolução específica para atividade complementar nesta Faculdade.

A tabela de Equivalência curricular está no anexo IV deste projeto.

O Ementário e as referências bibliográficas de cada disciplina do curso, encontra-se no anexo V deste projeto.

No anexo VI, tem-se a representação gráfica da formação do Curso por turno.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade individual obrigatória do Curso de Licenciatura em Matemática que propicia ao aluno o desenvolvimento de habilidades em pesquisas acadêmicas e tem os seguintes objetivos:

? Possibilitar investigação, reflexão e aprofundamento de saberes teóricos e práticos construídos e vivenciados ao longo do curso;

? Oportunizar o desenvolvimento de produção científica que visem o estudo e à melhoria das

práticas pedagógicas de matemática para a educação básica;

? Fomentar a redação de trabalhos acadêmicos para possíveis apresentações em eventos científicos e publicações em revistas da área.

Para a realização do TCC está prevista a carga horária de 60 horas no último bloco do curso, mas tendo início no 5º bloco, para os turnos diurnos e vespertinos e no 6º bloco, para os turnos noturnos, com a disciplina Metodologia da Pesquisa em Matemática. Nessa atividade acadêmica, o aluno deverá apresentar o seu pré-projeto de TCC, de acordo com os temas definidos pelos Núcleos de Ensino em Matemática (NEMA's), que trata-se adiante, ao qual o aluno se vinculará nos semestres finais do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado e apresentado individualmente e julgado por uma banca constituída de três professores do Curso de Licenciatura em Matemática, ou credenciados pela coordenação do curso, sendo o orientador o presidente dessa banca.

As seguintes formas poderão ser adotadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

? Pesquisa em assunto específico: Com o auxílio do orientador é escolhido um tema e uma bibliografia especializada a fim de se elaborar uma monografia;

? Seminário sobre artigo especializado: Com o auxílio do orientador é escolhido um artigo de uma revista especializada com corpo editorial a fim de se elaborar um resumo e se apresentar um seminário sobre o artigo estudado;

? Culminância de projetos: apresentação de artigo publicado em revista reconhecida, resultado de participação em projetos de ensino ou pesquisa ou extensão com algum professor do curso;

O tema deve ser escolhido dentre as diversas áreas acadêmicas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, a carga horária de 60 horas que corresponde ao TCC só será creditada no histórico escolar do discente após a defesa do trabalho.

O TCC constará das seguintes etapas:

? 1ª Etapa - Escolha do orientador e tema: terá início na disciplina Metodologia da Pesquisa em Matemática, quando o aluno com a supervisão de seu orientador, elaborará o seu pré-projeto de pesquisa;

? 2ª Etapa - Inscrição: após a escolha do orientador e do tema o estudante submeterá ao Núcleo de Ensino em Matemática (NEMA) ao qual a disciplina de seu tema está vinculada o pedido de inscrição. Tal pedido, se aceito, será homologado pela coordenação do curso, caso contrário será refeito;

? 3ª etapa - Elaboração: dar-se-á após homologação da inscrição;

? 4ª etapa ? A defesa do trabalho ocorrerá no último bloco, é neste momento em que o aluno matricula-se oficialmente na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e no dia indicado pela coordenação do curso fará a defesa de seu trabalho de conclusão de curso no ambiente do Campus de Abaetetuba.

Cabe ao Conselho da Faculdade deliberar sobre os casos omissos relativos às normas do TCC aqui expostas.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Matemática que permite a articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso acadêmico e os saberes práticos necessários para a formação profissional do discente, buscando a integração do curso junto às instituições de educação básica. Com carga horária de 405 horas distribuídas em quatro disciplinas nos quatro últimos blocos do curso, o Estágio Supervisionado visa a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão objetivando a construção de uma prática docente dentro do futuro ambiente de trabalho, sem configurar vínculo empregatício junto a parte concedente do estágio, conforme os aspectos legais determinados pelas Leis Federais nº 11.788/2008 e nº 9.394/96, pelo Parecer CNE nº 28/2001 e pela Resolução da UFPA nº 4.262/12. As atividades relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática serão realizadas em etapas sequenciais e complementares envolvendo o ensino de Matemática divididas em disciplinas da seguinte forma: Estágio Supervisionado I ? 90h ? Pesquisas no âmbito da comunidade escolar para análise e discussão da infraestrutura física, administrativa e organização pedagógica que envolve a dinâmica do seu cotidiano, proporcionando reflexões acerca das questões sociais e culturais para a construção do perfil profissional. Nesta etapa, o aluno fará observações e entrevistas sobre as condições materiais do trabalho, a estrutura organizacional, o currículo, os profissionais e a clientela da escola para elaboração de um diagnóstico objetivando a caracterização do ambiente. A carga horária do Estágio Supervisionado I está distribuída da seguinte forma: Discussão teórica sobre estrutura, funcionamento e organização da escola, 30h. Pesquisas e vivência nas escolas, 45. Relatos de experiências, 15h. Estágio Supervisionado II ? 105h ? Análise reflexiva da prática pedagógica, por meio de observações em instituições especializadas e na rede regular de ensino, em classes do Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio ou EJA que apresentem alunos portadores de deficiência. O estágio é voltado para educação inclusiva e

visa promover discussões sobre o processo de ensino e aprendizagem da Matemática no que se refere a inclusão de alunos deficientes nas escolas de educação básica. A carga horária do Estágio Supervisionado II está distribuída da seguinte forma: Discussão teórica, 30h. Vivência em escolas da rede regular que possuam sala de AEE e em instituições especializadas, 60h. Relatos de experiências, 15h. Estágio Supervisionado III ? 105h ? Análise sobre a prática que envolve os aspectos teóricos e metodológicos do ensino da Matemática, em classes de Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) ou EJA (3ª e 4ª etapa) com observação, co-participação e regência. A partir das reflexões das problemáticas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos matemáticos nesse nível de ensino, o estagiário elabora um projeto de ensino que vise práticas diferenciadas no ensino da Matemática e que desperte o interesse dos alunos por esta ciência. A carga horária do Estágio Supervisionado III está distribuída da seguinte forma: Orientações e discussão teórica 15h. Vivência em classes do Ensino Fundamental 60h. Elaboração de Atividades 15h. Relatos de experiências 15h. Estágio Supervisionado IV ? 105h ? Análise da prática docente em salas de aulas de Matemática, em classes de Ensino Médio (1º ao 3º ano) ou EJA no ensino médio com observação, co-participação e regência. Nesta fase, o estagiário será orientado a aprofundar suas reflexões acerca dos desafios do ensino da Matemática que apresentará uma aula referente a um dado conteúdo matemático pertencente a esse nível de ensino para o fortalecimento da sua prática docente. A carga horária do Estágio Supervisionado IV está distribuída da seguinte forma: Orientações e discussão teórica, 15h. Vivência em classes do Ensino Médio, 60h. Elaboração de Atividades, 15h. Relatos de experiências, 15h. Para cada uma das disciplinas de Estágio Supervisionado serão confeccionados guias didáticos a fim de direcionar os alunos na execução das atividades. A coordenação de Estágios deverá acompanhar o desenvolvimento dos alunos no estágio por meio de relatórios críticos sobre a experiência vivenciada em cada disciplina. Com relação aos alunos que já forem profissionais em exercício na educação básica, atuando como professores de Matemática no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio, o Parecer CNE nº 28/2001 diz que o estágio curricular supervisionado poderá ser reduzido, no máximo, em até 200 (duzentas) horas. Diante disso, os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Matemática do Campus Universitário de Abaetetuba que exerçam atividades docentes na educação básica poderão ter essa redução da seguinte forma: a) Dispensa de 50% da carga horária destinada às vivências nas escolas no Estágio Supervisionado III, se exercerem docência da disciplina matemática no ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) ou EJA (3ª e 4ª etapa); b) Dispensa de 50% da carga horária destinada às vivências nas escolas no Estágio Supervisionado IV, se exercerem docência da disciplina matemática no ensino

médio (1º ao 3º ano) ou EJA no ensino médio. Em cada um desses casos, os acadêmicos deverão apresentar no início do bloco da disciplina de estágio, comprovante de que exercem, naquele semestre letivo, atividades docentes no ensino fundamental ou no ensino médio, caracterizado pela apresentação em original e cópia, da CTPS devidamente assinada ou do contracheque do mês imediatamente anterior ao pleito, acompanhados de declaração do estabelecimento de ensino. Compete ao Coordenador de Estágio, juntamente com os professores orientadores das disciplinas de Estágio Supervisionado, avaliar a experiência docente do aluno, mediante documentos comprobatórios exigidos, e creditar o aproveitamento de estudos. O Estágio Curricular Supervisionado no âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática na modalidade intensiva sugere especial atenção dada à característica peculiar da oferta. A questão a ser considerada é que as aulas do curso ocorrem no período de janeiro a fevereiro e julho a agosto, período este em que os alunos das escolas onde será realizado a disciplina, os mesmos, encontram-se de férias, portanto momentos desfavoráveis para o cumprimento das atividades do Estágio, sendo assim, cada disciplina do Estágio Supervisionado terá orientação das atividades no bloco anterior à oferta prevista na grade curricular do curso, para que possam estagiar nas escolas entre as etapas e a finalização com professor da disciplina no período normal da oferta.

Para as turmas extensivas os estágios nas escolas ocorrerão em seus períodos contra turnos ao curso.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares visam o enriquecimento curricular em áreas de interesse específico dos alunos, de forma a proporcionar acesso à diversidade de conhecimentos, ideias, problemas e metodologias para complementação do itinerário formativo, buscando novas e diferentes perspectivas que possibilitam outros resultados ao seu desempenho científico e profissional.

Para imprimir a diversidade do currículo, as atividades complementares são escolhidas pelo licenciando de forma a perfazer um total mínimo de 210 horas ao longo do curso, conforme dois grupos de atividade:

? Disciplinas optativas (anexo III, deste projeto): Será ofertada a primeira disciplina optativa no 6º bloco para os turnos matutino e vespertino e no 7º bloco, para o turno noturno e a segunda disciplina optativa será ofertada no 8º bloco para os turnos matutino e vespertino e no 9º bloco para o turno noturno. A escolha por cada disciplina optativa deve permitir ao

aluno geração de novos conhecimentos em Matemática Pura ou Aplicada ou Educação Matemática ou Formação Pedagógica. Tais disciplinas não fazem parte do desenho curricular do curso, mas serão ofertadas, desde que haja demanda, como Atividade Complementar, com carga horária de 60h cada, conforme o anexo III.

Para fins de contabilização como Atividade Complementar, apenas duas das disciplinas listadas no anexo III serão consideradas. No caso de o estudante cursar mais de duas disciplinas optativas, as demais constarão no seu histórico sem contar para a sua integralização curricular.

? Atividades acadêmico-científico-cultural, com 90 horas, são atividades voltadas a participação em diversas atividades relacionadas ao curso, que o estudante realizou durante seu percurso acadêmico, nas quais devem ser vinculadas à UFPA ou a outras instituições de ensino superior e a distribuição desta carga horária está regulamentada em Resolução específica para atividade complementar nesta Faculdade.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

No Parecer CNE/CP nº 28/2001 a prática como componente curricular é definida como uma prática que produz algo no âmbito do ensino, o seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Portanto, a prática é o conjunto de atividades formativas que proporciona aprofundamento de saberes profissionais e desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.

Neste contexto de formação, a prática como componente curricular é compreendida como o elo de articulação entre a teoria sistematizada e a prática cotidiana da escola, mediada pela reflexão sobre o fazer docente, contribuindo para a formação do professor em uma perspectiva consciente, reflexiva e crítica.

Desta forma, a Prática Como Componente Curricular no Curso de Licenciatura em Matemática terá carga horária de 405 horas, constituída por 11 (onze) disciplinas, sendo dez denominadas de Laboratório de Ensino e uma de Construções Geométricas, visam o estudo e a produção de material didático e pedagógico, proporcionando ao aluno, vivências de situações relativas ao ensino nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, busca dar suporte ao planejamento das atividades de extensão do curso, no que diz respeito à produção orientada de materiais diversos a serem utilizados nas intervenções pedagógicas.

Todos os Laboratórios de Ensino, em suas especificidades, têm a finalidade de colocar em prática, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades desenvolvidas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

Os Laboratórios de Ensino constituem-se em atividades acadêmicas com planejamento e avaliações próprias, e naturalmente, o professor pode ser distinto daquele que leciona a respectiva disciplina teórica. O perfil do docente dos Laboratórios deve contemplar a habilidade e competência de ensinar a ensinar.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

O curso de Licenciatura em Matemática terá como atividade importante do currículo, o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, uma vez, que tais ações são necessárias para o crescimento da educação na região, tendo em vista, a deficiência atual, principalmente, no desenvolvimento de ferramentas como softwares educativos e novos métodos em práticas pedagógicas.

As atividades de pesquisa são essenciais a formação do educador, visto que proporcionam mais um espaço de construção do conhecimento, constituindo-se em um importante instrumento de ensino ao favorecer a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas da escola e a compreensão da tarefa de educador.

Desta forma, os docentes do curso deverão incorporar a pesquisa às suas atividades curriculares a fim de que os discentes possam desenvolver habilidades específicas ligadas à produção e divulgação do conhecimento, pois o futuro educador ?produz conhecimento pedagógico quando investiga, reflete, seleciona, planeja, organiza, integra, avalia, articula experiências, recria e cria formas de intervenção didática? (CNE/CP 09/2001, 2001, p. 35).

Assim, para fortalecer a política de pesquisa adotada pelo curso de Matemática, pretende-se a curto prazo:

- Utilizar o Laboratório de Matemática para o desenvolvimento de pesquisas sobre a Matemática Pura, Matemática Aplicada e o Ensino da Matemática;
- Incentivar e valorizar a formação de Grupos de estudos e/ou Pesquisas sobre temas relacionados a Matemática;
- Buscar intercâmbio com pesquisadores de outras instituições, no intuito de favorecer a

melhoria do processo de ensino-aprendizagem de matemática na região e no país;

- Incentivar a criação de projetos de pesquisa e auxiliar na obtenção de recursos junto às agências de financiamento, tais como, Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Projeto Estado do Pará - FAPESPA, empresas públicas e privadas, entre outras, bem como valorizar a produção científica (projetos e publicações) do corpo docente;
- Estimular o envolvimento dos alunos em atividades de pesquisa, tais como programas e projetos, preferencialmente como bolsistas de iniciação científica;
- Incentivar e apoiar a participação de docentes e alunos em eventos científicos regionais como o Encontro dos Estudantes de Matemática da UFPA (EEMUFPA), nacionais como o Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional (CNMAC) e até internacionais como o Congresso Internacional de Educação Matemática (CIEM).

As linhas de pesquisa serão organizadas de acordo com o interesse científico e formação específica dos docentes, que em nosso caso, abrange até o presente momento, as áreas de Matemática Pura, Matemática Aplicada e Educação Matemática valorizando a implantação de projetos que contribuam para a formação do aluno, especificamente aqueles que contemplem parcerias com outras instituições, seja pública ou privada, e que ofereçam perspectivas de melhorias no ensino-aprendizagem da Matemática. Neste contexto, algumas linhas gerais de pesquisa são listadas abaixo como possibilidades de implementação em curto prazo:

- Aperfeiçoamento e desenvolvimento de diferentes métodos didáticos no ensino-aprendizagem da Matemática;
- Elaboração ou adaptação de materiais didáticos para o processo de ensino-aprendizagem em Matemática;
- Aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas tecnologias no ensino-aprendizagem da Matemática, como por exemplo, softwares educativos;
- Uso de material alternativo inovadores no ensino da Matemática, principalmente aqueles que envolvam conceitos já estudados durante as aulas do curso, como a Geometria de um modo geral;
- Pesquisas científicas em áreas da Matemática como Matemática Pura, Educação Matemática, Matemática Aplicada como a Geofísica e a estatística ou diretamente afins como, por exemplo, Física, Química e Biologia, dentre outras.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

O Curso de Licenciatura em Matemática tem como diretriz curricular as atividades de extensão que reforcem o princípio da integração entre ensino-pesquisa-extensão, associadas aos diversos programas desenvolvidos nos processos de formação em atividades acadêmicas, participação em projetos, cursos e minicursos e eventos com caráter de Extensão junto a Sociedade.

Para o desenvolvimento das atividades de extensão fica destinada uma carga horária mínima de 360h (Trezentos e sessenta horas), mais que 10% da carga horária total, a serem integralizadas ao longo do curso, conforme estabelecido no § 2º, em seu artigo 63, do Regulamento do Ensino de Graduação.

A Extensão, como estratégia de formação, prevista neste Plano Pedagógico será formalizada em Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho da Faculdade, e tem por fim promover a articulação entre o ensino e a pesquisa, a Universidade e a sociedade. A extensão universitária deve decorrer do ensino e da pesquisa e será desenvolvida sob forma de programas que se traduzem por cursos, atividades ou serviços, em nível de Faculdade, do Campus ou da Instituição, visando a integração da Universidade com setores da comunidade local e regional.

Como mecanismos de extensão a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia desenvolverá atividades relacionadas às suas áreas de conhecimento, sendo desenvolvidas das seguintes formas:

- ? Cursos de extensão para a sociedade local, promovidos pelos docentes e discentes;
- ? Consultoria ou assistência técnica de caráter a instituições públicas ou privadas;
- ? Atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração do ensino e da pesquisa;
- ? Iniciativas de natureza cultural;
- ? Estudos de aspectos da realidade local e regional quando não vinculados a programas de pesquisa;
- ? Divulgação, através de publicações ou outra forma, de trabalhos de interesse cultural, técnico ou tecnológico;
- ? Estímulos à criação literária, artística, técnica ou tecnológica;
- ? Associações e parcerias que permitam o financiamento da atividade com outras instituições públicas ou privadas.

As atividades de extensão serão computadas em seis atividades curriculares com carga horária 60h (Sessenta horas) cada, sendo que o professor de cada disciplina fica encarregado em desenvolver as atividades no decorrer do período letivo, descrevendo a metodologia em seu plano de ensino. As atividades de extensão serão também utilizadas como meio de avaliação das respectivas atividades curriculares. No início de cada ano letivo, o conselho da

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia se reunirá para definir as atividades, que poderão ocorrer de forma multidisciplinar, para cada período do ano letivo.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Universidade Federal do Pará do Campus de Abaetetuba contará com o apoio do CoAcess-Coordenadoria de Acessibilidade-Belém para implantar um espaço especializado para atendimento a pessoa com deficiência. No momento esse processo encontra-se em negociação desde 2016. O trabalho de parceria iniciou em meados do ano de 2016 quando uma equipe técnica de Belém visitou o polo de Abaetetuba para informar da necessidade de se implantar a CoAcess. A coordenação do campus mostrou-se aberta à colaborar com as exigências para a concretização desse projeto de implantação. Logo após a visita, pelo fato de existir o projeto de extensão de ensino de Libras que atendia a comunidade surda, discentes e profissionais da comunidade foi selecionada uma sala que deverá ser utilizada para a efetivação do CoAcess futuramente. Atualmente a universidade disponibiliza de uma sala de aula com 35 cadeiras, 2 lousas brancas, um armário de aço com duas portas, uma mesa e uma cadeira para professor. Com o projeto de extensão "Sinalizando minha UFPA: Um direito assegurado por lei?" coordenado pela Professora de Libras Márcia Monteiro Carvalho, aprovado no campus de Abaetetuba em 2016, tem desenvolvido atividades na área da surdez na qual o ensino da língua é realizado para os discentes surdos, ouvintes e comunidade com o objetivo de atender a lei 10.436 de abril de 2002 e o Decreto 5.626/2005 que dispõem sobre o uso e efetivação da Língua de sinais para pessoas surdas, amigos, familiares e profissionais.

O projeto de Libras executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com surdez. Durante a realização do projeto os discentes participaram de atividades internas como aulas em Libras, e realizaram o 1º seminário de Libras do Campus e externo: caminhada no Dia do surdo, do Seminário Setembro Azul realizado em parcerias com outras instituições, como o Instituto Federal do Pará (IFPA), e associação de pessoas com deficiência-ADEMA e intérpretes de Libras- GELIBRAS.

As ações do CoAcess são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Diante dessas exigências legais o campus de Abaetetuba deverá criar em parceria com outras unidades do Campus de Belém sua coordenadoria de Acessibilidade para atender em breve as outras

áreas da educação inclusiva com o objetivo de dar às pessoas com deficiência de qualquer natureza uma vida mais digna e acessível.

Como o CoAcess do campus de Abaetetuba, terá o apoio de Belém é necessário saber que desde 2012, a coordenadoria de Acessibilidade da UFPA (CoAcess) executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino.

A CoAcess-UFPA propicia aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-Instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistidas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação às Faculdades para um plano de formação direcionada para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento.

A CoAcess da UFPA de Belém oferece, ainda, apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o aluno a dar conta das demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Em obediência ao Art. 6º e 67 do Regulamento da Graduação a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia executa o planejamento do trabalho de seus docentes da seguinte forma:

? Antes do início de cada período letivo realiza uma reunião com seus docentes para planejar suas atividades curriculares, nestas reuniões serão apresentadas aos membros do conselho as ementas de cada disciplina a serem ofertadas e quais docentes serão lotados neste período letivo em questão, e em seguida será debatido qual ou quais estratégias a serem tomadas pelos docentes que ministrarão as disciplinas em questão, visto que cada período letivo tem sua particularidade. Dependendo do caráter formativo de cada disciplina os membros da faculdade decidirão como será ministrada as disciplinas em questão.

? Sob orientação do professor, os alunos deverão desenvolver atividades de ensino tais como: seminários, palestras, elaboração e realização de projetos acadêmicos. Nestas atividades deve-se também estimular o uso de recursos tecnológicos.

? A Faculdade tem um modelo próprio de Planejamento de Curso (Anexo II do PP), onde constarão: a ementa, as competências e habilidades, os conteúdos, os materiais utilizados e os critérios de avaliação. Tal Planejamento deverá ser levado ao conhecimento dos alunos no primeiro dia de aula.

? Os Núcleos manterão uma base com todos os Planejamentos de suas disciplinas que subsidiarão os professores na realização de outros Planejamentos.

? Após a aprovação pela Coordenação do Núcleo, os Planejamentos serão remetidos à Secretaria Acadêmica da Faculdade que também os arquivará.

A avaliação das atividades didático-pedagógicas ocorreram ao final de cada período letivo, no próprio sistema da UFPA, denominado AVALIA, que usa o sistema do SIGAA, que também é realizada pelos discentes antes de efetivarem sua matrícula no próximo período.

A integração da Pesquisa e da Extensão, no processo da formação dos estudantes do curso, será através dos programas anuais PROINT, PROEX, submetidos pela grande maioria dos docentes, com estímulo da UFPA e dos grupos de pesquisa do campo e pelo NDE - Núcleo Docente Estruturante.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é considerada um processo contínuo e como tal constitui-se, neste projeto formativo, parte integrante do processo de ensino e obedece as normas e procedimentos

pedagógicos estabelecidos pelas normas em vigor, em especial, a Resolução do CONSEPE nº 3.633/08, em seus artigos 108, 109 e 110.

O projeto pedagógico do Curso de Matemática da Faculdade de Ciências de Exatas e Tecnologia do Campus Universitário de Abaetetuba pressupõe a avaliação permanente e a adequações de formato, conteúdo e formas de aplicação. A Faculdade de Ciências de Exatas e Tecnologia compromete-se a promover a avaliação permanente do percurso formativo e, se necessária, uma reformulação do projeto pedagógico do curso, no qual poderá ocorrer a cada dois anos.

As diversas estratégias de auto-avaliação e mesmo a avaliação dos egressos buscam a melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem e poderão adotar como formato reuniões pedagógicas periódicas, realizadas com representação do corpo docente, discente e técnica do curso em comissões pré-definidas, bem como reuniões específicas com os docentes coordenadores de eixos de atividades, com o objetivo de identificar, minimizar, ou mesmo suprimir as falhas no processo.

Os procedimentos instrumentais avaliativos são os definidos pelo Programa de Avaliação e Acompanhamento da PROEG - AVALIA.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Considerando o princípio da flexibilidade que norteia a avaliação e entendendo que se trata de um elemento constitutivo, orientador e re-orientador do processo ensino aprendizagem, os procedimentos de avaliação serão concebidos e propostos levando em conta as características de cada atividade curricular ou o seu conjunto, sem perder de foco as competências e habilidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares da UFPA.

O registro do desempenho final do discente ocorrerá sob a forma de conceito final resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação, respeitado o que dispõe o art. 178 do Regimento Geral da UFPA.

Os procedimentos de avaliação das atividades curriculares serão propostos pelo docente ou conjunto de docentes e referendados em reunião semestral de planejamento; do mesmo modo o controle da frequência às aulas é atribuição do(s) docente(s) responsáveis pela(s) atividade(s) curriculares, sob a supervisão do(a) direção da faculdade.

Os procedimentos avaliativos serão registrados, de forma explícita, no Plano de Ensino de cada professor responsável pelo magistério das atividades curriculares, aprovados em reunião de planejamento pelo Conselho da Faculdade Ciências Exatas e Tecnologia, na

perspectiva de identificar, por período letivo, até que ponto os alunos alcançaram as competências e as habilidades a serem consolidadas no respectivo período.

O professor deverá apresentar à sua turma, a cada início de período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o plano de ensino, bem como discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem, e finalmente fazer o registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo.

A Avaliação deverá ocorrer nas seguintes modalidades:

Diagnóstica ? planejada no início de cada eixo, a fim de se verificar as competências e habilidades adquiridas pelo aluno e para continuidade da aquisição de novos conhecimentos; identificação de limitações do professor, ao planejar novas experiências, novos conteúdos e para detectar dificuldades que possam ser encontradas nos espaços de desenvolvimento da prática em todas as suas dimensões.

Formativa ? planejada para ser desenvolvida por todo período de condução do ensino-aprendizagem, com o objetivo de se elaborar estratégias de avaliação que orientem os componentes teóricos e práticos do processo, para a identificação das dificuldades do aluno e possibilitar condições para revisão de conteúdos não apreendidos durante o percurso. Objetiva, ainda, verificar o desenvolvimento cognitivo do aluno, diante das atividades propostas e as relações entre ele e o docente proponente do estudo, para que seja possível propor modificações e retro-alimentar o processo avaliativo.

Somativa ? planejada para o final de cada período, é a conclusão do processo ensino-aprendizagem. Seu objetivo é verificar o domínio de conjunto expresso pelo aluno, facilitar a apuração dos resultados de seu aproveitamento a partir de critérios preestabelecidos que o classifique em níveis de competência, a partir do alcance dos objetivos.

A execução do processo de avaliação far-se-á por instrumentos de avaliação preestabelecidos e métodos que variam de testes a provas práticas, apresentação de trabalhos, estudos em grupo e aplicação de metodologias que possam medir o desempenho aluno/docente/coordenador de atividade ou o seu conjunto, em todos os caminhos da formação dos mesmos, quer na academia ou nas atividades referentes à prática pré-profissional.

Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao discente, será utilizada a convenção estabelecida no Regimento Geral da UFPA:

EXC ? Excelente (9,0 - 10,0)

BOM ? Bom (7,0 - 8,9)

REG ? Regular (5,0 - 6,9)

INS ? Insuficiente (0 - 4,9)

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Aos professores envolvidos no mesmo processo serão atribuídos conceitos pelos alunos e professores do curso, em consonância com o AVALIA projeto de avaliação on line da PROEG/DIDEN devendo passar por atualização didático-pedagógica o professor que:

• Obtiver conceito inferior a B (BOM);

• Apresentar índice de conceitos inferior a R (REGULAR) que ultrapasse a 40% (quarenta por cento) do total de alunos por turma do Curso de Matemática.

Caberá à Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia propor e executar procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação do desempenho docente a partir que estabelece o Programa de Avaliação e Acompanhamento da PROEG e o Conselho da Faculdade.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Será criada uma Comissão Permanente de Avaliação interna realizada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso ofertados nesta Faculdade em conjunto com uma Comissão Permanente de Avaliação interna- o NDE e a comissão é um suporte fundamental para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso de Matemática. Deve estar vinculada administrativamente à Direção da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia. Sua Missão é assessorar a Direção na busca da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão em caráter de excelência na FACET. Seus propósitos: a reorientação e renovação pedagógica, através da análise reflexiva de comportamentos e atitudes, e por avaliação periódica do processo ensino aprendizagem proposto, envolvendo todos os atores responsáveis pela sua execução.

São consideradas suas ações complementares: a aplicação de instrumentos avaliativos, treinamento para capacitação, reciclagem e proposição de reuniões periódicas de auto avaliação.

Sua Finalidade é conduzir um processo periódico e constante da avaliação interna, seguindo normas estabelecidas pelas diretrizes curriculares para os cursos de graduação na instituição,

em consonância com o perfil do profissional que se pretende formar.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Afonso Welliton de Sousa Nascimento	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Aubedir Seixas Costa	Doutor	Álgebra	Dedicação Exclusiva
Bruno Rodrigues dos Santos	Doutor	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	Dedicação Exclusiva
Genivaldo dos Passos Corrêa	Mestre	Cálculo	Dedicação Exclusiva
Laila da Conceição Fontinele	Mestre	Cálculo	Dedicação Exclusiva
Manoel Jeremias dos Santos	Doutor	Cálculo	Dedicação Exclusiva
Manoel Lima Corrêa	Mestre	Álgebra	Dedicação Exclusiva
Manuel de Jesus dos Santos Costa	Doutor	Matemática Aplicada	Dedicação Exclusiva
Mara Rita Duarte de Oliveira	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Márcia Monteiro Carvalho	Mestre	Libras	Dedicação Exclusiva
Oswaldo dos Santos Barros	Doutor	Educação Matemática	Dedicação Exclusiva
Raimundo das Graças Carvalho de Almeida	Mestre	Cálculo	40 horas
Renato Fabrício Costa Lobato	Doutor	Análise	Dedicação Exclusiva
Rômulo Corrêa Lima	Doutor	Matemática Aplicada	Dedicação Exclusiva
Samuel Maciel Corrêa	Mestre	Física	Dedicação Exclusiva
Sebastião Martins Siqueira Cordeiro	Doutor	Análise	Dedicação Exclusiva
Silvana da Costa Gomes	Mestre	Cálculo	Dedicação Exclusiva
Suellen Cristina Queiroz Arruda	Mestre	Álgebra	Dedicação Exclusiva

8.14 TÉCNICOS

No campus de Abaetetuba, tem-se atualmente cinco técnicos efetivos e dois bolsistas que atuam na Secretaria Geral de Graduação que atendem todas faculdades e alunos. No Laboratório de Informática I, tem-se dois bolsistas para dar suporte técnico a todos os discentes do campus. No Laboratório de Informática II, o responsável é o professor que ministrará as disciplinas que fazem uso da informática. No Laboratório de informática da FACET não tem-se nenhum funcionário responsável, mas o mesmo somente é utilizado pelos professores que estão ministrando aulas pela FACET, e o mesmo será o responsável provisório pelo ambiente. Para o Laboratório de Matemática, tem-se o responsável atual, o

professor Dr. Osvaldo dos Santos Barros. No Laboratório de Física, o técnico responsável é Fabrício Augusto dos Santos Rodrigues e no Campus temos uma técnica em assuntos educacionais que é a Ana de Sarges Barbosa. Para atender o PROFMAT (Mestrado Profissionalizante de Matemática) em Abaetetuba, tem-se um diretor e um vice-diretor, além de um técnico efetivo do campus.

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Biblioteca para uso de alunos e professores do curso de Licenciatura em Matemática e demais cursos do campo de Abaetetuba. Possui acervos de livros, periódicos nacionais e estrangeiros impressos, teses, dissertações e recursos multimídia.	Imóvel	40	Administrativa	1
Auditório destinado à realização de aulas especiais, palestras e eventos.	Imóvel	200	Aula	1
Mini-auditório destinado à realização de aulas especiais e eventos.	Imóvel	100	Aula	1
Quadra poliesportiva coberta destinada à atividades esportivas, realização de feiras do vestibular e outros eventos de cunho científico cultural.	Imóvel	400	Aula	1
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientações de trabalhos dos alunos.	Imóvel	3	Orientação acadêmica	20
SALA DA VICE COORDENAÇÃO DO CAMPUS.	Imóvel	3	Administrativa	1
SALA DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO - CPGA.	Imóvel	20	Administrativa	1
SALA DA COORDENADORIA ACADÊMICA.	Imóvel	20	Administrativa	1
SALA DA SECRETÁRIA DA COORDENAÇÃO DO CAMPUS.	Imóvel	10	Administrativa	1
SALA DA COORDENAÇÃO DO CAMPUS.	Imóvel	5	Administrativa	1
Sala da Coordenação do Curso de Matemática.	Sala	5	Administrativa	1
Sala de aula.	Sala	50	Aula	3
Sala da Direção da FACET.	Sala	3	Administrativa	1
Laboratório de Física Básica, para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Laboratório	20	Aula	1
Laboratórios de Informática destinados à pesquisas acadêmicas e aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	Laboratório	40	Aula	2
Laboratório de Matemática destinado à realização de atividades lúdicas da Educação Matemática e práticas pedagógicas.	Laboratório	50	Aula	1
Secretaria Geral de Graduação.	Secretaria	10	Administrativa	1

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
SALA DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO - CPGA.	computador	Cedido	4	
	mesa	Cedido	5	
Auditório destinado à realização de aulas especiais, palestras e eventos.	mesa	Cedido	1	
	datashow	Cedido	1	
	caixa amplificadora	Cedido	1	
Biblioteca para uso de alunos e professores do curso de Licenciatura em Matemática e demais cursos do campo de Abaetetuba. Possui acervos de livros, periódicos nacionais e estrangeiros impressos, teses, dissertações e recursos multimídia.	computador	Cedido	3	
	mesa	Cedido	10	
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientações de trabalhos dos alunos.	mesa	Cedido	3	
Laboratório de Física Básica, para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	computador	Cedido	1	
	quadro magnético	Cedido	1	
Laboratório de Matemática destinado à realização de atividades lúdicas da Educação Matemática e práticas pedagógicas.	mesa	Cedido	1	
	quadro magnético	Cedido	1	
Laboratórios de Informática destinados à pesquisas acadêmicas e aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	computador	Cedido	20	
	computador	Cedido	36	
	mesa	Cedido	43	
	quadro magnético	Cedido	1	
Mini-auditório destinado à realização de aulas especiais e eventos.	mesa	Cedido	1	
	quadro magnético	Cedido	1	
	caixa amplificadora	Cedido	1	
Sala da Coordenação do Curso de Matemática.	mesa	Cedido	2	
SALA DA COORDENADORIA ACADÊMICA.	computador	Cedido	6	
	mesa	Cedido	6	
Sala da Direção da FACET.	mesa	Cedido	3	
	computador	Cedido	2	
SALA DA SECRETÁRIA DA COORDENAÇÃO DO CAMPUS.	mesa	Cedido	2	
	computador	Cedido	2	
SALA DA VICE	computador	Cedido	1	

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
COORDENAÇÃO DO CAMPUS.	mesa	Cedido	2	
Sala de aula.	datashow	Cedido	1	1 datashow em cada uma das 3 salas de aula.
	quadro magnético	Cedido	3	
	quadro magnético	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	
Secretaria Geral de Graduação.	mesa	Cedido	4	
	computador	Cedido	6	
	quadro magnético	Cedido	1	

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- 2 - Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1.304/2001. Despacho do Ministro em 4/12/2001. Publicado no Diário Oficial da União de 7/12/2001, Seção 1, p. 25.
- 3 - Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 9/2002, de 1 de março de 2002. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de março de 2002. Seção 1, p. 12.
- 4 - Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001, de 8 de maio de 2001. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.
- 5 - Conselho Nacional de Educação. Resolução CP/CNE Nº 2, de 1 de Julho de 2015.
- 6 - Parecer homologado, resolução nº 01 de 17 de Junho de 2004. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 7 - Ministério da Educação. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientações Educacionais complementares.
- 8 - MASETTO, Marcos Tarciso. Competências Pedagógicas do Professor Universitário. São Paulo: Summus, 2003.
- 9 - PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: Como construir o Projeto Pedagógico da Escola. 7ed. São Paulo: Cortez. (I.P.F.), 2007.
- 10 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Regulamento do Ensino de Graduação. Belém: 2008.
- 11 - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Caderno 7 ? PROEG. Belém, 2005.
- 12 - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento da

Universidade Federal do Pará: 2001-2010. Belém: EDUFPA, 2003.

13 ? Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Caderno 7, PROEG. Janeiro de 2005. Belém ? Pará.

14 ? Política Nacional de educação Ambiental. Decreto nº 4281 de 25 de Junho de 2002.

15 ? Estágio. Legislação Federal ? Lei 11.788 de 25/09/2008.

16 ? História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

17 ? Portadores de Necessidades Especiais. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

18 ? Aceitação de estagiários. Orientação normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008.

19 ? Parecer CNE/CES 1302/2001 homologado. Despacho do ministro em 04/03/2002, publicado no diário oficial da união de 05/03/2002, seção 1, p.15.

20 ? Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA . Vigência 2011- 2015.

21 ? Plano de desenvolvimento da unidade do campus Universitário de Abaetetuba. Vigência 2013-2015. www.ufpa.br/cubt

22 ? Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, publicado no diário Oficial do Estado do Pará em 29/12/2006.

23 ? Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. Resolução nº 4.399 de 14 de maio de 2013.

24 ? Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos humanos. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012.

25 ? Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012.